



C P R M
BIBLIOTECA

Rel. Siagem
179

Ministério de Minas e Energia - MME

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Serviço Geológico do Brasil

Relatório de Viagem a Letícia - Colômbia

Por: Geól. Valter José Marques

Julho de 1998

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	3
2- OBJETIVOS	3
3- CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.....	4
4- ATIVIDADES TÉCNICAS	4
5- CONCLUSÕES	6

ANEXOS:

Agenda de Trabalho

Roteiro da Exposição da Delegação Técnica Brasileira

Resumo da Palestra Apresentada pelo Relator

1) INTRODUÇÃO

Este documento se refere ao histórico da participação do Geól. VALTER JOSÉ MARQUES, chefe da Divisão de Gestão Territorial da Amazônia e Centro-Oeste, da CPRM, em missão oficial do Governo Brasileiro a Letícia, capital do Estado do Amazonas, da República da Colômbia, atendendo à convocação da Organização dos Estados Americanos, através de seu Departamento de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, com o objetivo de discutir a elaboração de projetos de interesse para a gestão e o desenvolvimento sustentado das bacias dos rio Solimões e Iça (Putomayo) a serem apoiados, financeiramente, pelo Global Environmental Found – GEF, com a intervenção da OEA.

A viagem iniciou-se no dia 08 de julho, às 7:00h, com deslocamento aéreo para Tabatinga-AM, dando-se o retorno no dia 13 de julho, às 24:00h. Cumpriram-se os trabalhos constantes da agenda de convocação nos dias 10 e 11 e a extensão do período da viagem, para 06 dias, deveu-se ao fato de que somente acontecem vôos entre Manaus e Tabatinga nas segundas, quartas e sextas-feiras, obrigando os participantes brasileiros a adicionar 24 horas ao seu cronograma de chegada e retorno.

Aproveitou-se, contudo, estes períodos para a realização de reuniões de coordenação interna e elaboração de relatórios da reunião.

Além do relator, participou, pela CPRM, o Eng.º hidrólogo RAMIRO FERNANDES MAIA NETO, na qualidade de especialista em Hidrologia e responsável pela coordenação da rede hidrometeorológica na Amazônia Ocidental.

Pela SUDAM participaram a Dra. Eliana França dos Santos Zacca, Coordenadora de Planejamento Regional e o Técnico em Hidrologia Pedro Rolim, do Centro de Hidroclimatologia e Sensoriamento Remoto da Amazônia, do Depto de Recursos Naturais.

2) OBJETIVOS

- objetivou-se, com a reunião, discutir, com a Missão Conjunta GEF/OEA a possibilidade de financiamento de um projeto multilateral, envolvendo Brasil, Colômbia, Equador e Peru, referente ao manejo e monitoramento dos eixos Putomayo e Solimões.

- dar assessoramento técnico-científico à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, na qualidade de Unidade Técnica brasileira do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Fronteiriças, decorrente de acordos bilaterais firmados pelo Brasil com a Bolívia, Colômbia e Peru, no âmbito do TCA, que é apoiado, financeiramente, pela OEA.

3) CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

A cronologia das atividades executadas, atendeu, de forma resumida, ao esquema abaixo elaborado:

ATIVIDADE	08 de julho	09 de julho	10 de julho	11 de julho	12 de julho	13 de julho
Saída de Belém, às 7:00h	XXXXX					
Chegada a Tabatinga/Letícia	XX					
Reunião internas em Letícia		XXXXXXXXX				
Reuniões no Escritório do Inst. SINGHI			XXXXXXXXX			
Excursão de campo				XXXXXXXXX		
Descanso e elaboração de relatórios					XXXXXXXXX	
Retorno ao Brasil e Belém						XXXXXXXXX

Fig. - 01: Cronograma das Atividades Desenvolvidas pelo Relator, ilustrando-se os gastos em deslocamento e atividades relativas ao cumprimento dos objetivos.

4) ATIVIDADES TÉCNICAS

As atividades técnicas podem-se dividir em duas etapas, conforme ilustrado na figura acima, observando-se que as segunda e terceira dizem respeito ao cumprimento à agenda proposta pela OEA (anexo 1).

1) No dia 09, realizou-se uma reunião da delegação brasileira, coordenada pela Dra. Eliana Zacca, tendo-se chegado a um roteiro de apresentação, conforme ilustrado na figura 1, que foi discutido e apresentado, previamente, ao Dr. Newton Cordeiro, consultor da OEA e no dia seguinte, implementado, na íntegra. Elaboraram-se algumas transparências complementares, necessárias à exposição dos principais pontos de vista da delegação brasileira.

2) No dia 10, cumpriu-se a agenda prevista, inicialmente, com a realização, por parte de todos os países presentes - Brasil, Colômbia, Equador

e Peru, de uma palestra de 50 minutos, procurando-se elucidar a visão e as ações nacionais com respeito às bacias dos rios Putomayo e Solimões. Posteriormente, passou-se a uma fase de discussão aberta, buscando-se a definição de pontos de consenso quanto à forma de conduzir-se um processo que leve à elaboração de um elenco de projetos multilaterais (bi ou trinacionais), que configurem uma situação de cooperação e ação conjunta em prol do desenvolvimento sustentado nas bacias dos rios Putomayo e Solimões.

Neste aspecto, alguns pontos ficaram bastante firmados:

1º) os trabalhos que estão sendo executados, devem continuar e não se justifica retroceder o relógio dos acontecimentos, sob nenhuma hipótese;

2º) os trabalhos a serem propostos deverão complementar ou suplementar os esforços em curso;

3º) devem-se envidar esforços que levem à disseminação da informação entre todos os países e que conduzam a ações conjuntas;

4º) os projetos deverão privilegiar os aspectos de conhecimento, monitoramento e uso sustentável, subjacentes a uma política de divulgação e educação ambiental e

5º) pela sua natureza, os primeiros projetos deverão constituir-se em pilotos metodológicos para os estudos ecológico-econômicos, necessários ao suporte das decisões concernentes à gestão das bacias amazônicas.

Objetivamente, o Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da OEA, Dr. Jorge Rucks, sintetizou as idéias expostas, propondo ser apresentados ao GEF as atividades e projetos que se fixem nos seguintes parâmetros:

- Geográfico: na parte média (Brasil/Colômbia) e baixa dos rios Iça , equalizar-se o nível de conhecimento com o existente na parte alta (sopé da cordilheira andina);

- Temático; abranger-se o aspecto da formação de um sistema de informações geográficas, que possa ser compartilhado por todos os usuários;

- De Planejamento: formularem-se ações que visem atender aos aspectos críticos, suscitados pelos projetos de ZEE;

- Institucional, objetivando-se criar uma capacidade de coordenação multilateral dos esforços e sua aplicação em prol dos objetivos maiores pretendidos pelo GEF.

5) CONCLUSÕES

1) Coerente, com as discussões ocorridas em Lima, durante o último encontro das Unidades Técnicas do Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia, responsáveis pelos projetos voltados ao desenvolvimento sustentado, apoiados pela OEA, espera-se que, dentro do espírito do projeto maior, de desenvolvimento sustentado das bacias, os subprojetos a serem propostos enfoquem os seguintes temas:

- mapeamento e monitoramento da qualidade das águas;
- mapeamento e monitoramento da fauna e flora flúvio-lacustre;
- manejo sustentável dos recursos ictiológicos;
- mapeamento e monitoramento dos recursos florestais;
- manejo sustentável das florestas;
- implantação das hidrovias do Içá/Putomayo e do Solimões/ Amazonas;
- sistemas de informações compartilhadas;
- educação ambiental.

Nesse sentido, vale lembrar que o Governo do Estado do Amazonas andou tendo mantendo algumas discussões a respeito da implantação de uma hidrovia no rio Içá, com representantes da Colômbia. Também, merecem registro os estudos de ictiologia que o INPA vem desenvolvendo, na região, inclusive, recentemente patrocinados pela SUDAM, indiretamente, com recursos do ZEE Brasil-colômbia.

2) Pelo amplo espectro dos subprojetos, acima enfocados, percebe-se que eles exigirão um grande esforço de coordenação, principalmente tendo no que tange a sua execução, que demandará a participação de inúmeras instituições.

3) Pelo que foi informado, através do representante do GEF, poderão ser requisitados até US\$ 350.000 para a formulação de todo o projeto principal. Dentro desta perspectiva, pode-se pensar em contar com cerca de US\$ 120.000, para o Brasil articular os seus meios e participar da montagem do projeto principal e seus subprojetos. Sobre o valor total disponível, ele não está pré-fixado, apenas, citaram-se cifras quanto ao montante disponível pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente - da ordem de 1.8 bilhões de dólares, para todo o planeta.

4) A coordenadora da Unidade Técnica brasileira ficou de tomar providências para engajar o Brasil, dentro da cooperação internacional discutida, citando-se, dentre outros aspectos, os seguintes:

a) a coordenação dos esforços dos diversos organismos nacionais, iniciando-se pelo Itamaraty, tendo em vista os aspectos transnacionais dos objetivos pretendidos;

b) a seleção, consulta e o envolvimento das instituições normatizadas dos assuntos a serem tratados e daquelas com capacidade executiva dos projetos a serem implantados;

c) a compatibilização das propostas com os países vizinhos e o seu encaminhamento ao GEF, através das instituições implementadoras (PNUMA, PNUD, Banco Mundial e OEA).

5) Seria importante que a CPRM, coerentemente com seu esforço em participar das discussões sobre o tema da reunião e considerando o seu papel no cenário da hidrologia nacional, formulasse um documento consolidado, a respeito do seu conhecimento e propostas de gestão para as bacias do alto Solimões e rio Içá. Certamente, um documento deste tipo será um importante subsídio para as ações que a Coordenação de Planejamento Regional da SUDAM deverá empreender a seguir.

6) Pelo exposto, e pelo sentimento adquirido a partir das conversas com os representantes do GEF e da OEA, acredita-se que está surgindo uma importante oportunidade para que a CPRM se apresente como uma instituição capaz de coordenar esforços para a gestão sustentada de bacias, *latu sensu*. Seria o caso de combinarem-se as capacidades das áreas de Hidrologia e GATE/ZEE, para assumir dois grandes projetos pilotos. Faz-se desnecessário enfatizar-se as conseqüências que tais projetos poderiam ter para as estratégias concernentes ao assunto.

ANEXOS

ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA

FONDO MEDIO AMBIENTE Y CAMBIO GLOBAL - GEF

**UNIDADES TECNICAS NACIONALES BRASIL,
COLOMBIA, ECUADOR Y PERU**

**INSTITUTO AMAZONICO DE INVESTIGACIONES
CIENTIFICAS SINCHI**

**Leticia, Amazonas, Colombia
Viernes 10 de Julio de 1998**

Leticie, 10/02/98

AGENDA DE TRABAJO

Asuntos protocolarios

8:00 AM	Inicio de la reunión en las instalaciones del Sinchi
8:15 AM	Palabras de instalación del Señor Gobernador
8:20 AM	Bienvenida al Sinchi por su Directora, Jefe UTC
8:25 AM	Saludos de UTB, UTE y UTP
8:30 AM	Presentación del evento por Jorge Rucks de OEA
8:35 AM	Presentación del GEF por Alfred Duda
8:50 AM	Propuesta metodología de desarrollo del trabajo

Presentación por países, de acuerdo con el siguiente temario:

1. Visión sobre problemas ambientales prioritarios transfronterizos que afectan cuencas de los ríos Putumayo y Amazonas
2. Acciones nacionales para la solución de los PAPT
3. Consideraciones sobre propuestas binacionales de solución
4. Alternativas de manejo y desarrollo sostenible de las cuencas
5. Discusión y participación colectivas

9:00 a 9:50 AM	Representación y Unidad Técnica Brasileira
10:00 a 10:50 AM	Representación y Unidad Técnica Colombiana
11:00 a 11:50 AM	Representación y Unidad Técnica Ecuatoriana

12:00 M Almuerzo

2:00 a 2:50 PM	Representación y Unidad Técnica Peruana
3:00 PM	Colectivo de integración sobre problemática ambiental regional
4:00 PM	Carencias en propuestas binacionales y alternativas conjuntas
5:00 PM	Construcción grupal de ideas formulación proyectos GEF
6:00 PM	Palabras de clausura

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

Delegação Técnica Brasileira

Letícia, 10/07/98

I – POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA

(Eliana – 10”)

- Visão espacial e Indicadores do Espaço Amazônico Brasileiro;
- Políticas de Desenvolvimento
 - Macroobjetivos:
 - Crescimento econômico sustentado
 - Integração Nacional e Internacional
 - Desconcentração do Desenvolvimento
 - Desenvolvimento Social e Fortalecimento da Cidadania
 - Estratégia
 - Reorientação da Base Produtiva e de seus padrões tecnológicos
 - Segmentos econômicos prioritários: agroindústria de produtos naturais, complexos minero-metálicos, polos florestais madeiros, polos agroflorestais, pesca industrial, ecoturismo e bioindústria
 - Eixos de Integração e Desenvolvimento
- Investimentos

II – VISÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS (ZEE)

(Valter – 15”)

- Sistemas Hídricos
- Sistemas Ambientais - Ecossistemas
- Sócioeconomia, inclusive a questão indígena
- Recursos Naturais: exploração e preservação

III – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

(Ramiro/Rolim – 15’)

-

IV – AÇÕES NACIONAIS

(Eliaana – 10')

- De Natureza Jurídico-Institucional
 - ZEE
 - Lei de Crimes Ambientais
 - Política Nacional de Recursos Hídricos

- Outras Ações
 - Implantação e Modernização da Infra-Estrutura
 - Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
 - Educação Ambiental
 - Regulação Ambiental e Adensamento Tecnológico na Exploração dos Recursos Naturais
 - Preservação Ambiental – definição e implantação de Unidades de Conservação a nível federal, estadual e municipal
 - Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e
 - Sistema de Proteção Ambiental – SIPAM

RESUMO DA PALESTRA DO AUTOR

LEGENDA DO MAPA SÍNTESE DE SUBSÍDIOS A GESTÃO TERRITORIAL

Bacias	Áreas de Gestão	Zonas de Gestão	Unidades de Gestão	Caracterização ↓ Verificar descrição anexo.
Rio Negro	Críticas	Institucional	TIAN (terra indígena alto rio negro); TIMN (Terra indígena médio rio negro) TIA (terra indígena apaporis)	
		Conservação	APA1 (área de proteção ambiental 1)	
	Produtivas	Expansão		
		Consolidação		
Rio Japurá	Críticas	Institucional	TIAN (terra indígena alto rio negro) TIA (terra indígena apaporis)	
		Conservação	APA1 (área de proteção ambiental 1) RESEX1 (reserva extractivista 1) REBIO (reserva biológica) APA2 (área de proteção ambiental 2) RF1 (reserva florestal 1) RESEC (reserva ecológica)	
	Produtivas	Expansão	AGP (área de agricultura permanente) AGV1 (área de agricultura de várzea 1);	
		Consolidação		
Rio Içá	Críticas	Institucional	TIE (Terra indígena évale 1)	
		Conservação	RESEX2 (reserva extractivista 2) RESEC (reserva ecológica); RF2 (reserva florestal 2) SVS (santuário de vida silvestre)	
	Produtivas	Expansão	AGV2 (área de agricultura de várzea 2) APE (Área de pecuária extensiva) AGV4 (área de agricultura de várzea 4)	
		Consolidação		
Rio Solimões	Críticas	Institucional	TIE (terra indígena évare 1)	
		Conservação	SL (Sistema de lagos)	
	Produtivas	Expansão	AGV3 (área de agricultura de várzea 3) AGV4 (área de agricultura de várzea 4) AESR (área de expansão de santa Rita de Weill) AET (área de extensão de Tabatinga);	
		Consolidação	AUT (área urbana de Tabatinga)	

3. DESCRIÇÃO DA CARTA SÍNTESE DE SUBSÍDIOS A GESTÃO TERRITORIAL

Na elaboração da carta "Síntese de Subsídios a Gestão Territorial", foram identificadas as seguintes zonas classificadas como de Conservação, Expansão e de Consolidação, a seguir especificadas.

3.1 AREAS INSTITUCIONAIS

3.1.1 Terra Indígena Alto Rio Negro (TIAN)

A área apresenta relevo moderadamente ondulado modelado sobre argilitos e siltitos da Formação Solimões com presença de cristas agudas, afloramentos de ortoquartzitos do Grupo Tunuí, na Serra do Traira. Os solos dominantes são Latossolo Vermelho Amarelo, e em áreas acidentadas dominam Neossolos Litólicos, apresentando uma cobertura vegetal predominante de Floresta Densa com manchas de contatos de Campinara

As terras aplainadas apresentam restrições na sua potencialidade no sistema primitivo para lavouras, sendo indicado principalmente para atividades de silvicultura e pastagem. As áreas acidentadas são consideradas totalmente inaptas para uso agropecuário, sendo indicadas para ações de preservação da flora e fauna. Cabe destacar-se nesta região, evidências da presença de mineiros de Ouro.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Alto Rio Negro (TIAN) localiza-se nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 7.999.381,1683 ha. A terra indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Desana, Kubio, Wanáno Tuyuca, Pira-Tapuia, Miritin Tapuia, Arapaço, Karapanã, Borá, Siriano, Maku, Baniwa, Kuripako, Baré, Warekeina, Tariano, Maku-Daw, Maku-Hapdã, Maku-Yuhupdã, Maku-Nadãb.

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.2 Terra Indígena Médio Rio Negro (TIMN)

A área apresenta relevo moderadamente ondulado modelado sobre argilitos e siltitos pertencentes a Formação Solimões. Os solos dominantes são Podzólico Amarelo cobertos por uma vegetação de FALTA COBERTURA VEGETAL

A área apresenta restrições em todos os sistemas de manejo agrícola, sendo indicado seu uso para as atividades de pecuária.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Alto Médio Rio Negro (TIMN) localiza-se nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 316.194, 9890 ha. A Terra Indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Miritin Tapuia, Arapaço, Borá, Baniwa, Kuripako e Tariano.

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.3 Terra Indígena Rio Apapóris (TIA)

A área apresenta relevo ondulado modelado principalmente sobre arenitos finos a conglomerádicos friáveis a pouco consolidados pertencentes à Formação Içá assim como, em menor grau, sobre Argilitos e siltitos da Formação Solimões. Os solos são de tipo Podzólico Amarelos e Edpodossolos cobertos por uma vegetação de Capinarana, sendo a Maioria inapta para uso com lavoura agrícolas com limitações por erosão ou restritas pela fertilidade e os altos teores de Al.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Rio Apapóris (TIA) localiza-se no Município Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 156.960,3377 ha. A Terra Indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Yepa Mahsã, Desana, Tuyuca, Maku-Yuhupdã, .

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.4 Terra Indígena EVARE I (TIE)

3. DESCRIÇÃO DA CARTA SÍNTESE DE SUBSÍDIOS A GESTÃO TERRITORIAL

Na elaboração da carta "Síntese de Subsídios a Gestão Territorial", foram identificadas as seguintes zonas classificadas como de Conservação, Expansão e de Consolidação, a seguir especificadas.

3.1 AREAS INSTITUCIONAIS

3.1.1 Terra Indígena Alto Rio Negro (TIAN)

A área apresenta relevo moderadamente ondulado modelado sobre argilitos e siltitos da Formação Solimões com presença de cristas agudas, afloramentos de ortoquartzitos do Grupo Tunuí, na Serra do Traíra. Os solos dominantes são Latossolo Vermelho Amarelo, e em áreas acidentadas dominam Neossolos Litólicos, apresentando uma cobertura vegetal predominante de Floresta Densa com manchas de contatos de Campinara

As terras aplainadas apresentam restrições na sua potencialidade no sistema primitivo para lavouras, sendo indicado principalmente para atividades de silvicultura e pastagem. As áreas acidentadas são consideradas totalmente inaptas para uso agropecuário, sendo indicadas para ações de preservação da flora e fauna. Cabe destacar-se nesta região, evidências da presença de mineiros de Ouro.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Alto Rio Negro (TIAN) localiza-se nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 7.999.381,1683 ha. A terra indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Desana, Kubio, Wanáno Tuyuca, Pira-Tapuia, Miritin Tapuia, Arapaço, Karapanã, Borá, Siriano, Maku, Baniwa, Kuripako, Baré, Warekeina, Tariano, Maku-Daw, Maku-Hapdá, Maku-Yuhupdá, Maku-Nadáb.

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.2 Terra Indígena Médio Rio Negro (TIMN)

A área apresenta relevo moderadamente ondulado modelado sobre argilitos e siltitos pertencentes a Formação Solimões. Os solos dominantes são Podzólico Amarelo cobertos por uma vegetação de FALTA COBERTURA VEGETAL

A área apresenta restrições em todos os sistemas de manejo agrícola, sendo indicado seu uso para as atividades de pecuária.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Alto Médio Rio Negro (TIMN) localiza-se nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 316.194,9890 ha. A Terra Indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Miritin Tapuia, Arapaço, Borá, Baniwa, Kuripako e Tariano.

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.3 Terra Indígena Rio Apapóris (TIA)

A área apresenta relevo ondulado modelado principalmente sobre arenitos finos a conglomerádicos friáveis a pouco consolidados pertencentes à Formação Içá assim como, em menor grau, sobre Argilitos e siltitos da Formação Solimões. Os solos são de tipo Podzólico Amarelos e Edpodossolos cobertos por uma vegetação de Capinarana, sendo a Maioria inapta para uso com lavoura agrícolas com limitações por erosão ou restritas pela fertilidade e os altos teores de Al.

Homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, pelo decreto presidencial do 14 de abril de 1998, a Terra Indígena Rio Apapóris (TIA) localiza-se no Município Japurá (Estado do Amazonas), e abrange uma área total equivalente a 156.960,3377 ha. A Terra Indígena é destinada à posse permanente do grupos indígenas Tukano, Yepa Mahsã, Desana, Tuyuca, Maku-Yuhupdá.

O objetivo do manejo destas áreas é permitir formas de vida de sociedades que se desenvolvem em harmonia com o ambiente e de modo que este continue inalterado para a tecnologia moderna servindo, também, para a investigação da evolução do homem e a sua interação com a terra. Portanto, nesta categoria, a proteção esta diretamente relacionada ao espaço legalmente ocupado pelos índios brasileiros, já perfeitamente assegurados por dispositivos constitucionais. Nestas áreas o homem é um componente e obtém sua subsistência sem utilizar espaços extensos para o cultivo da terra e outras modificações maiores à vida animal ou vegetal, podendo requerer proteção especial para manter sua existência.

3.1.4 Terra Indígena EVARE I (TIE)

Duplicate

A área apresenta relevo ondulado a suavemente ondulado modelado sobre uma litologia predominante de argilitos e siltitos da Formação Solimões. Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho-Amarelo Álico Plíntico com textura média/argilosa, coberto por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos é restrita para lavoura agrícolas pelas limitações de mecanização, fertilidade e oxigênio.

Com base nas características naturais, a área é melhor indicada para silvicultura e exploração extrativa de frutos silvestres e madeira, destacando-se que a exploração de madeira (Borracha) já apresenta evidências de atividade no passado. Estas atividades possibilitam uma possibilidade de sobrevivência econômica da população de Vila Bittencourt.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Extrativista do Japurá (RESEX1), definidas por lei como áreas existentes em regiões que, tradicionalmente, oferecem recursos vegetais renováveis e fazem parte da sobrevivência econômica das populações características de algumas regiões brasileiras, como a Amazônia. Essas áreas são mantidas intactas, só lhes sendo facultado a exploração extrativista.

A Reserva Extrativista do Japurá (RESEX1) proposta está limitada ao norte pela Área de Agricultura de Várzea do Rio Japurá (AGV1), ao Sul pelo limite Norte da Reserva Biológica Puruê-Japurá (REBIO), ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.2.4 Reserva Extrativista do Içá (RESEX2)

A área apresenta relevo ondulado a suavemente ondulado modelado sobre uma litologia predominante de GEOLOGIA

..... Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho Amarelo com textura arenosa/média, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos é restrita para lavoura agrícolas por deficiência de fertilidade,

Com base nas características naturais a área é melhor indicada para silvicultura e exploração extrativa de frutos e madeira.

Cabe destacar-se que a exploração de madeira, com possibilidade de escoamento pelo Rio Içá, pode ser utilizada para o suporte das já existentes atividades de produção de estaleiros de embarcações de pequeno e médio porte.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Extrativista do Içá (RESEX2), definidas por lei como áreas existentes em regiões que, tradicionalmente, oferecem recursos vegetais renováveis e fazem parte da sobrevivência econômica das populações características de algumas regiões brasileiras, como a Amazônia. Essas áreas são mantidas intactas, só lhes sendo facultado a exploração extrativista.

A Reserva Extrativista do Içá (RESEX2) proposta encontra-se limitada ao Norte e Leste pela Área de Agricultura de Várzea do Rio Içá (AGV2), ao Sul pelo Rio Puretê. A Reserva Florestal Içá (RF2) limita a área pelo Sul e Oeste.

3.2.5 Reserva Florestal Puruê (RF1)

A área apresenta relevo ondulado e fortemente ondulado modelado sobre litologias predominantes depertencentes a Formação GEOLOGIA. Os solos predominantes são de tipo Podzolissolo Amarelo e Vermelho-Amarelo Álico de textura média/argilosa, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos apresenta-se restrita para lavouras agrícolas, por limitações na mecanização, erosão e fertilidade.

Com base nas características naturais a área é melhor indicada para silvicultura e pastagem, destacando-se a inexistência de qualquer estudo referente ao inventário e potencialidade Florestal.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Florestal Puruê (RF1). Estas áreas, classificadas como áreas "Reservadas para Posterior Definição" na categoria de "Reserva de Destinação", são indicadas com o objetivo de restringir as atividades que estejam sendo desenvolvidas ou se pretenda desenvolver até que sejam completados estudos adequados que mostrem qual a melhor uso dos recursos remanescentes. definidas estas, Portanto, define-se, por o Decreto N° 23793 (23 de Janeiro de 1934), como as áreas extensas de difícil acesso, não se dispoendo de conhecimento suficiente sobre seus ecossistemas bem como sobre a tecnologia mais adequada ao uso racional dos recursos.

A área da Reserva Florestal do Puruê (RF1) proposta encontra-se limitada ao Norte pela Área de Proteção Ambiental I do Puruê (APA2), ao Sul o Prolongamento da reserva ecológica Juami-Japurá, ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.2.6 Reserva Florestal Içá (RF2)

A área apresenta relevo ondulado a fortemente ondulado modelado sobre litologiasproprias da Formação ...GEOLOGIA.....

Os solos dominantes são de tipo Podzolissolo Vermelho Amarelo Álico com textura arenosa média, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos para atividades agropecuárias apresenta fortes limitações pela fragilidade dos solos à erosão, mecanização assim como baixa fertilidade.

Com base nas características naturais esta extensa área de difícil acesso é melhor indicada para atividades de silvicultura e preservação da flora e fauna da região, destacando-se a inexistência de qualquer estudo referente ao inventário e potencialidade Florestal.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Florestal Içá (RF2). Estas áreas, classificadas como áreas "Reservadas para Posterior Definição" na categoria de "Reserva de Destinação", são indicadas com o objetivo de restringir as atividades que estejam sendo desenvolvidas ou se pretenda desenvolver até que sejam completados estudos adequados que mostrem qual a melhor uso dos recursos remanescentes. definidas estas, Portanto, define-se, por o Decreto N°

A área apresenta relevo ondulado a suavemente ondulado modelado sobre uma litologia predominante de argilitos e siltitos da Formação Solimões. Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho-Amarelo Álico Plíntico com textura média/argilosa, coberto por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos é restrita para lavoura agrícolas pelas limitações de mecanização, fertilidade e oxigênio.

Com base nas características naturais, a área é melhor indicada para silvicultura e exploração extrativa de frutos silvestres e madeira, destacando-se que a exploração de madeira (Borracha) já apresenta evidências de atividade no passado. Estas atividades possibilitam uma possibilidade de sobrevivência econômica da população de Vila Bittencourt.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Extrativista do Japurá (RESEX1), definidas por lei como áreas existentes em regiões que, tradicionalmente, oferecem recursos vegetais renováveis e fazem parte da sobrevivência econômica das populações características de algumas regiões brasileiras, como a Amazônia. Essas áreas são mantidas intactas, só lhes sendo facultado a exploração extrativista.

A Reserva Extrativista do Japurá (RESEX1) proposta está limitada ao norte pela Área de Agricultura de Várzea do Rio Japurá (AGV1), ao Sul pelo limite Norte da Reserva Biológica Puruê-Japurá (REBIO), ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.2.4 Reserva Extrativista do Içá (RESEX2)

A área apresenta relevo ondulado a suavemente ondulado modelado sobre uma litologia predominante de GEOLOGIA

..... Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho Amarelo com textura arenosa/média, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos é restrita para lavoura agrícolas por deficiência de fertilidade,

Com base nas características naturais a área é melhor indicada para silvicultura e exploração extrativa de frutos e madeira.

Cabe destacar-se que a exploração de madeira, com possibilidade de escoamento pelo Rio Içá, pode ser utilizada para o suporte das já existentes atividades de produção de estaleiros de embarcações de pequeno e médio porte.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Extrativista do Içá (RESEX2), definidas por lei como áreas existentes em regiões que, tradicionalmente, oferecem recursos vegetais renováveis e fazem parte da sobrevivência econômica das populações características de algumas regiões brasileiras, como a Amazônia. Essas áreas são mantidas intactas, só lhes sendo facultado a exploração extrativista.

A Reserva Extrativista do Içá (RESEX2) proposta encontra-se limitada ao Norte e Leste pela Área de Agricultura de Várzea do Rio Içá (AGV2), ao Sul pelo Rio Puretê. A Reserva Florestal Içá (RF2) limita a área pelo Sul e Oeste.

3.2.5 Reserva Florestal Puruê (RF1)

A área apresenta relevo ondulado e fortemente ondulado modelado sobre litologias predominantes depertencentes a Formação GEOLOGIA. Os solos predominantes são de tipo Podzolissolo Amarelo e Vermelho-Amarelo Álico de textura média/argilosa, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos apresenta-se restrita para lavouras agrícolas, por limitações na mecanização, erosão e fertilidade.

Com base nas características naturais a área é melhor indicada para silvicultura e pastagem, destacando-se a inexistência de qualquer estudo referente ao inventário e potencialidade Florestal.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Florestal Puruê (RF1). Estas áreas, classificadas como áreas "Reservadas para Posterior Definição" na categoria de "Reserva de Destinação", são indicadas com o objetivo de restringir as atividades que estejam sendo desenvolvidas ou se pretenda desenvolver até que sejam completados estudos adequados que mostrem qual a melhor uso dos recursos remanescentes. definidas estas, Portanto, define-se, por o Decreto Nº 23793 (23 de Janeiro de 1934), como as áreas extensas de difícil acesso, não se dispo de conhecimento suficiente sobre seus ecossistemas bem como sobre a tecnologia mais adequada ao uso racional dos recursos.

A área da Reserva Florestal do Puruê (RF1) proposta encontra-se limitada ao Norte pela Área de Proteção Ambiental I do Puruê (APA2), ao Sul o Prolongamento da reserva ecológica Juami-Japurá, ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.2.6 Reserva Florestal Içá (RF2)

A área apresenta relevo ondulado a fortemente ondulado modelado sobre litologiasproprias da Formação GEOLOGIA.....

Os solos dominantes são de tipo Podzolissolo Vermelho Amarelo Álico com textura arenosa média, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos para atividades agropecuárias apresenta fortes limitações pela fragilidade dos solos à erosão, mecanização assim como baixa fertilidade.

Com base nas características naturais esta extensa área de difícil acesso é melhor indicada para atividades de silvicultura e preservação da flora e fauna da região, destacando-se a inexistência de qualquer estudo referente ao inventário e potencialidade Florestal.

Em consequência, propõe-se para estas áreas a criação da Reserva Florestal Içá (RF2). Estas áreas, classificadas como áreas "Reservadas para Posterior Definição" na categoria de "Reserva de Destinação", são indicadas com o objetivo de restringir as atividades que estejam sendo desenvolvidas ou se pretenda desenvolver até que sejam completados estudos adequados que mostrem qual a melhor uso dos recursos remanescentes. definidas estas, Portanto, define-se, por o Decreto Nº

duplicate

3.3.1.1 Área de Agricultura Permanente (AGP)

A área apresenta relevo plano e suave ondulado modelado sobre depósitos fluviais. Os solos são de tipo Podzólico Vermelhos Amarelos de textura média/argilosa, cobertos por uma vegetação de floresta aberta. A potencialidade dos solos apresenta restrições para lavouras agrícolas no sistema primitivo e semidesenvolvidos por limitações de fertilidade, mecanização e oxigênio (presença de plintitas).

Atualmente observa-se na região o cultivo de frutas (Abacate e Cupuaçu) em regime de subsistência, primitivo, e sem controle fitossanitário e de manejo

Com base nas características naturais esta área, indicada melhor para a produção de hortifrutigranjeiros em sistemas intensivos e avançados, a já existente atividade agrícola e a necessidade de suprir a demanda de produtos agrícolas de Vila Bittencourt, propõe-se a criação de uma Área de Agricultura Permanente (AGP).

A Área de Agricultura Permanente (AGP) no eixo do Rio Japurá, proposta, limita-se ao Norte pela Área de Proteção Ambiental do Rio Japurá (APA1), ao Sul pela Área de Agricultura de Várzea do rio Japurá (AGV1), ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.3.1.2 Área de Agricultura de Várzea (AGV1)

A área apresenta relevo plano modelado em depósitos aluviais de silte, argila e areia fina a média. Os solos são de tipo gleissolos Húmicos e Eutróficos de textura argilosa, cobertos por vegetação de tipo floresta densa e aberta aluvial. A potencialidade agrícola dos solos é caracterizada como regular para usos de sistemas primitivos e semidesenvolvidos de lavouras agrícolas temporárias por limitações de mecanização e oxigênio. O sistema avançado de lavouras agrícolas apresenta limitações devido a mecanização e pobre drenagem.

Com base nas características naturais e a existência de uma base produtiva de culturas temporárias (milho, feijão, melancia, mandioca) a nível de subsistência, propõe-se a criação de uma Área de Agricultura de Várzea do rio Japurá (AGV1). Para estas áreas, recomenda-se os sistemas de produção não intensivos e em pequenas parcelas de território, em função do abastecimento de Vila Bittencourt e a possível expansão de la localidade de La Pedrera (Colômbia).

A Área de Agricultura de Várzea do Rio Japurá (AGV1), proposta, localiza-se na planície de inundação nas ambas margens do rio Japurá. Encontra-se limitada ao Norte pela Área de Agricultura Permanente (AGP) do mencionado Rio, ao Sul pela Reserva Extrativista do Içá (RESEX2), ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto.

3.3.2 Eixo do Rio Içá

3.3.2.1 Área de Agricultura de Várzea (AGV2)

A área apresenta relevo plano modelado sobre litologias de.....pertencentes à formação**GEOLOGIA**.....

Os solos são de tipo Gleissolo Eutrófico de textura argilosa, cobertos por uma vegetação de floresta densa e aberta aluvial.

A potencialidade dos solos apresenta-se sem limitações de fertilidade natural, sendo caracterizados como regular para lavouras agrícolas temporárias, e não indicada para lavouras perenes, devido as limitações de oxigênio (lençol freáticos alto) durante boa parte do ano, e também limitações para mecanização.

Com base nas características naturais e a existência de uma base produtiva de Culturas temporárias (Mandioca, milho, feijão, melancia) a nível de subsistência, propõe-se a criação de uma Área de Agricultura de Várzea do Rio Içá (AGV2). Para estas áreas, recomenda-se a utilização de sistemas de produção semidesenvolvidos objetivando o abastecimento *das população da possível expansão do eixo das localidades de Ipiranga -Tarapacá.*

A área de Agricultura de Várzea do Rio Içá (AGV2), proposta, limita-se ao Norte pelo Prolongamento da Reserva Ecológica Juami-Japurá (RESEC), ao Sul pela Reserva Extrativista do Içá (RESEX2) e a Reserva Florestal do Içá (RF2), ao Oeste pelo linha divisória entre Brasil e Colômbia e pelo Leste o limite da área do Projeto. Cabe destacar-se que dentro destas áreas localizam-se isoladas as áreas propostas como Santuários da Vida Silvestre (SVS).

3.3.2.2 Área de Pecuária Extensiva (APE)

A área apresenta relevo ondulado a fortemente ondulado modelado numa litologia pertencentes a Formação **GEOLOGIA**

Os solos predominantes são de tipo Podzolissolo Vermelho-Amarelo Álico de textura arenosa/média, cobertos por uma vegetação de floresta densa. A potencialidade dos solos é caracterizada como inapta para lavouras por apresentar limitações por fragilidade dos solos à erosão, mecanização e fertilidade.

Com base nas características naturais da área, indicadas preferentemente para pastagem em sistemas extensivos de produção, a atual existência de produção pecuária de bovinos e a possibilidade de introdução de criação de bubalinos, propõe-se o estabelecimento de uma Área de Pecuária Extensiva (APE) no eixo do rio Içá.

A área de Pecuária Extensiva (APE) no eixo do Rio Içá, proposta, limita-se ao Norte pelo Prolongamento da Reserva ecológica Juamoi-Japura, ao Sul a margem esquerda do rio Içá, ao Oeste a área de Agricultura de Várzea do rio Içá (AGV2) e ao Leste o limite da área do Projeto.

3.3.3 Eixo do Rio Solimões

3.3.3.1 Área de Agricultura de Várzea – Ilhas (AGV3)

A área apresenta um relevo plano modelado numa litologia.....pertencente a Formação GEOLOGIA

Os solos são predominantemente do tipo Neossolos Flúvicos com alta fertilidade, cobertos por uma vegetação de formações pioneiras gramíneas e floresta aberta aluvial. A potencialidade dos solos é indicada para lavouras agrícolas temporárias, não sendo conveniente as lavouras perenes por as limitações de oxigênio e mecanização.

Com base nas características naturais da área, a utilização atual das ilhas para culturas temporárias com sistemas primitivos, e a possibilidade de abastecimento de produtos alimentícios dos principais centros urbanos da área do Projeto, em função da proximidade, propõe-se o estabelecimento de uma Área de Agricultura de Várzea (AGV3) nas ilhas existentes no Rio Solimões. As área de Agricultura de várzea (AGV3) proposta, constitui-se de uma série de Ilhas fluviais localizadas ao longo da calha do rio Solimões.

3.3.3.2 Área de Agricultura de Várzea (AGV4)

A área apresenta relevo plano modelado sobre uma litologiapertencente a Formação GEOLOGIA

Os solos predominantes são de tipo Gleissolos Eutróficos (alta fertilidade) de textura argilosa, cobertos de uma vegetação de tipo floresta densa e aberta aluvial. A potencialidade dos solos permite indicar a existência de boas possibilidades para lavouras agrícolas temporárias nos sistemas primitivos e semidesenvolvidos, não sendo indicadas para lavouras agrícolas perenes, pelas limitações de oxigênio (regime hídrico regional) e de mecanização.

Com base nas características naturais da área, a existência, na atualidade, de atividades agrícolas desenvolvidas com características de subsistência e semi-comercial (Sistema de Parcerias), assim como a possibilidade de abastecimento de produtos alimentícios dos principais centros urbanos da área do Projeto, em função da proximidade, propõe-se o estabelecimento de uma Área de Agricultura de Várzea (AGV4) nas margens do rio Solimões.

A área de agricultura de Várzea do rio Solimões (AGV4), proposta, são áreas isoladas limitadas ao Leste pela margem esquerda do rio Solimões, sendo os outros limites definidos pela Terra Indígena Evare 1.

3.3.3.3 Área de Expansão de Santa Rita de Weil (AESR)

A área apresenta relevo plano propio de planícies fluviais e suave ondulado modelado numa litologiapertencente a Formação GEOLOGIA. Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho Amarelo Álico de textura média/argilosa e nas planícies de tipo Neossolo Flúvico e Gleissolo de alta fertilidade, cobertos por uma vegetação de floresta aberta. A potencialidade dos solos permite indicar a existência de restrições para lavouras agrícolas no sistema primitivo, porém sendo recomendadas como regular em sistemas desenvolvidos (com remoção das limitações por fertilidade natural).

Com base nas características naturais da área, a existência de produção semi-comercial de cultivos temporários (milho, feijão, melancia), e a possibilidade de abastecimento com produtos alimentícios, dos principais centros urbanos dentro (Tabatinga e Santa Rita de Weil) e fora (São Paulo de Olivença) da área do Projeto, em função da proximidade, propõe-se o estabelecimento de uma Área de Expansão da localidade de Santa Rita de Weil (AESR).

Para esta área indica-se atividades de produção agrícola em sistemas semi-desenvolvido de culturas temporárias (Mandioca, Banana) e permanentes (Coco, graviola e cacau), sendo considerados como de carácter regular para lavouras agrícolas temporárias os solos das planícies, com possibilidade de cultivo de Soja, Feijão e Arroz.

A área de expansão de Santa Rita de Weil (AESR), proposta, limita-se ao Leste pela margem esquerda do Rio Solimões, sendo os outros limites definidos pela Terra Indígena Evare 1.

3.3.3.4 Área de Expansão de Tabatinga (AET)

A área apresenta relevo suave ondulado modelado numa litologia GEOLOGIA

Os solos são de tipo Podzolissolo Vermelho-Amarelo Álico de textura média/argilosa, coberto por uma vegetação de floresta aberta. A potencialidade dos solos apresenta restrição para lavouras agrícolas no sistema primitivo por limitações de fertilidade, sendo indicado como de carácter regular no sistema desenvolvido com atividades tecnificadas e para expansão com atividades agropecuárias.

Com base nas características naturais, a presença de uma colônia agrícola já estabelecida, assim como a proximidade da região ao Centro urbano de Tabatinga, propõe-se a criação da Área de Expansão de Tabatinga (AET). Esta área é estabelecida com objetivo de transformá-la num "Cinturão Verde" da área urbana de Tabatinga, mediante o incentivo ao plantio racional em sistema desenvolvido de frutícolas, a criação de animais pequenos e grande porte e pecuária de corte e leite a nível de semi-confinamento e confinamento e a instalação de uma agroindústria, principalmente de extração de polpa de frutas (com capacidade de absorver as atividades de hortifrutigranjeiros desenvolvidos na região). Esta situação apresenta-se como uma das possibilidades para a solução do problema de desemprego e abastecimento da localidade de Tabatinga.